



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

Este Projeto Básico tem como finalidade definir as descrições e especificações dos serviços a serem executados por empresa(s) interessada(s) em participar do certame licitatório para contratação destes, conforme as especificações técnicas abaixo descritas.

Constitui objeto da Licitação a contratação de empresa(s) para prestação dos **serviços abaixo descritos**, no território do Município de São Borja, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver acordo entre as partes:

- Transbordo e Transporte dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) da Unidade de Transbordo até Aterro Sanitário Licenciado para Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos.

1.1 DETALHAMENTO DO OBJETO

Com o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução da totalidade do objeto, poderão fazê-lo com relação a itens.

A execução dos serviços deve obedecer obrigatoriamente às condicionantes e às especificações técnicas abaixo relacionadas.

Isto posto, este certame subdivide o objeto nos seguintes itens:

Quadro 01 - Detalhamento do objeto em itens

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÉDIA	VALOR DE REFERÊNCIA
Transbordo	Transbordo dos Resíduos Sólidos Urbanos na Unidade de Transbordo	1.049,00 toneladas /mês	R\$ 44,21 por tonelada
Transporte dos RSU	Transporte dos Resíduos Sólidos Urbanos da Unidade de Transbordo até Aterro Licenciado para Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos;	1.049,00 toneladas /mês	R\$ 109,53 por tonelada

Obs.: A quantidade média (toneladas/mês) foi baseada em pesagens realizadas em balança locada pelo Município no período de Set/2018 a maio/2019 (contabilizando 08 meses de pesagens). No item Transbordo e Transporte foi diminuída a pesagem Seletiva.

1.2 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Transbordo dos Resíduos Sólidos Urbanos da Unidade de Transbordo.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

Consiste no transbordo, baldeação, limpeza e organização do ambiente de transbordo (local onde permanece o RSU coletado para posterior carregamento em caminhão) com maquinário.

Transporte dos Resíduos Sólidos Urbanos da Unidade de Transbordo até Aterro Sanitário Licenciado para Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos

Consiste no transporte em veículos apropriados dos resíduos dispostos na unidade de transbordo, os quais serão carregados e transportados até aterro sanitário indicado pela licitante, com a devida licença de operação emitida pela FEPAM.

2. VISITA TÉCNICA

As empresas, para participarem do certame, deverão realizar visita técnica até o dia útil anterior à data de abertura do processo licitatório, no horário compreendido entre às 7h30min e 12h, com o Eng. Civil Fernando Brasil Aquino dos Santos, CREA/RS nº 95.182/D, da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos (agendadas pelo fone 55 3431-4455), para verificar as condições das áreas relativas a cada item e demais informações pertinentes, através de seu(s) responsável(eis) técnico(s) designado(s), com comprovação da visita técnica sendo emitida pela secretaria responsável.

A empresa optante pela renúncia de visita deverão declarar formalmente, em formulário próprio (papel timbrado) declaração de opção pela não realização da visita técnica, constando, ainda, expressamente, que renuncia a visita técnica e assume os riscos em formar sua proposta sem conhecer o local onde será realizado o serviço, devendo ser assinada pelo representante da empresa.

3. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

3.1 TRANSBORDO e TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA UNIDADE DE TRANSBORDO até Aterro Licenciado para Disposição Final de RSU – ITEM 2

Por este serviço, entende-se a acomodação dos resíduos provenientes da Coleta Regular de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) de Origem Doméstica e Comercial os quais depositados em local designado área de transbordo, passam para veículo adequado para posterior transporte até a unidade de destinação final ambientalmente adequada onde os resíduos serão depositados. Atualmente o transbordo está localizado em área anexa ao antigo “lixão”, ao final da Rua Tristão de Araújo Nóbrega, S/N.

Esta área (em caráter precário) poderá ser futuramente alterada, devendo a empresa contratada passar a realizar as operações no novo local, quando de comunicação prévia pelo contratante.

A área definida para o transbordo poderá, ainda, futuramente, ser desativada, caso implemento de novo sistema de gestão de RSU, a medida que for(em) surgindo novas tecnologias ou sistema de gestão novo de destinação final adequada. Diante deste exposto, qualquer destes itens (transbordo e transporte) poderá, no andamento do contrato, ser excluído ou cancelado definitivamente, através de aditivo e ordem de serviço.

A possibilidade e regras de subcontratação serão tratadas no edital da presente Licitação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

3.1.1 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

As cargas provenientes do serviço de coleta domiciliar do município serão depositadas na área de transbordo ou diretamente na caçamba do veículo de transporte, se esta operação for possível e segura.

Uma escavadeira hidráulica deverá realizar o carregamento dos resíduos depositados na estação de transbordo e depositá-los em caçamba basculante de no mínimo 55m³ disponível no local, por conta da contratada.

O maquinário (escavadeira hidráulica, veículo leve ou utilitário) também será responsável pela organização do ambiente, amontoando resíduos, manejando-os, conforme necessidade, mantendo o ambiente o mais organizado possível.

O transbordo e transporte para destinação final ocorrerá de segundas a sábados, sendo que não serão efetuados serviços nos domingos, 1º de janeiro - Confraternização Universal, 1º de Maio - Dia do Trabalhador, Sexta-feira Santa e 25 de dezembro – Natal. Para os demais feriados a serem trabalhados, deverá ser implantado banco de horas ou outras disposições legais, conforme disposto nas Convenções Coletivas de Trabalho.

O transbordo visa operar somente as cargas provenientes da coleta de resíduos sólidos urbanos (RSU), domésticos e comerciais, não sendo aceitos na unidade resíduos seletivos, industriais, da construção civil, de serviços de saúde, e congêneres. Estes deverão ser encaminhados para Aterro Industrial e/ou outro destino indicado pelo Município.

A área definida para o transbordo poderá ser futuramente alterada, devendo a empresa contratada passar a realizar as operações no novo local quando da comunicação prévia pelo contratante.

Os resíduos a serem transportados não poderão permanecer no local de transbordo por um período de tempo superior a 48 (quarenta e oito) horas.

Assim que a carga da caçamba for completa, será realizado o lacre da carga, o qual somente poderá ser removido no aterro de destino final. Após o lacre inicia-se o transporte que consiste no trajeto a ser realizado, da estação de transbordo até o ponto de disposição final ambientalmente adequada em aterro sanitário licenciado para esta finalidade.

Será necessária a utilização de lonas de cobertura impermeáveis sobre os resíduos depositados na caçamba.

Tendo em vista que o serviço de transporte deverá ser realizado com 2 veículos, estes deverão se revezar de forma que sempre tenha um veículo apostado na rampa da área de transbordo, aguardando a descarga dos resíduos provenientes da coleta municipal.

O transporte deverá ser efetuado em conformidade com as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, incluindo as normas que tratam de limites de carga conforme as vias de transporte a serem realizadas, sendo que qualquer irregularidade será de inteira responsabilidade da empresa contratada.

Todo resíduo transportado deverá ser pesado na balança disponibilizada pelo Município de São Borja, já em atividade, conforme Contrato nº 098/2018.

Os veículos deverão a cada carga realizar a pesagem, onde deverá constar (tara, peso bruto e peso líquido), compreendido o peso líquido a pesagem dos rejeitos. Deverá ser feita a pesagem na disponibilizada pelo Município e também na balança do aterro sanitário licenciado, por balança certificada pelo INMETRO, a qual emitirá tíquete de controle, contendo a data e hora da pesagem, a placa da caçamba, o nome do transportador, o peso bruto, a tara e o peso



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO
líquido do caminhão; o qual servirá de base para mensuração de pagamento dos serviços realizados.

O comprovante da pesagem, para ter validade, deverá apresentar a assinatura do motorista e do funcionário designado para pesagens na balança.

Será de responsabilidade da contratada a emissão das guias do Manifesto de Transporte de Resíduos.

De acordo com a quantidade média de resíduos gerados no município de São Borja, estima-se que serão necessárias 1,6 (um vírgula seis) cargas diárias (de segundas-feiras a sábados), tendo em vista que cada caçamba basculante terá no mínimo 55m³.

O destino final será no aterro sanitário indicado pelo Município de São Borja, atualmente, de acordo com o Contrato nº 099/2018 - Aterro de Giruá, CRVR, distante aproximadamente (área de transbordo até o aterro) 230 km (duzentos e trinta).

Caso venha a surgir novo local para destino final adequado ou, que o custo benefício vier em favor do Município (exemplo: local mais próximo), ou novas tecnologias onde haja melhor “custo / benefício”, o contratante reserva o direito de suspender, cancelar, excluir ou, reajustar o contrato adequando a nova realidade, no todo ou em parte, aos serviços de transbordo e/ou transporte, baseados em critérios devidamente justificados.

3.1.2 RECURSOS HUMANOS DO TRANSBORDO E TRANSPORTE

Competirá a proponente a admissão de mão de obra necessária ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta, também, os encargos necessários e demais exigências trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo a proponente pelos danos causados por seus empregados, auxiliares e prepostos ao patrimônio público ou a outrem.

Para o sistema de transbordo, transporte e disposição final deverá ser previsto o pessoal necessário para o desempenho de todas as atividades operacionais e administrativas.

- 2 (dois) Motoristas;
- 1 (um) Operador de Escavadeira Hidráulica;
- 1 (um) Serviços Gerais (para 08-oito- horas de serviço diário).

Motorista para veículos Carreta, para transporte dos RSU até aterro sanitário licenciado.

Operador de Escavadeira Hidráulica par operação do referido maquinário na área de transbordo.

O funcionário de serviços gerais deverá permanecer no local de transbordo afim de orientar as descargas de RSU, dos veículos de coleta.

A Contratada, durante a vigência do contrato, deverá cumprir as determinações do Acordo Coletivo do sindicato da categoria.

A equipe deverá apresentar-se uniformizada e asseada, com camisas ou camisetas fechadas, calças, calçados de segurança, e demais equipamentos de segurança e proteção individual relativos a cada atividade, sempre atendendo as normativas de segurança e trabalho vigentes.

Os funcionários deverão possuir capacidade física, qualificação e treinamento que os capacite a executar os serviços inerentes ao objeto do contrato.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

A fiscalização dos serviços terá direito de exigir substituição de funcionário cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço, a qual deverá ser realizada dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

Durante a execução dos serviços é absolutamente vedado, por parte do pessoal da empresa contratada a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações.

Todos os funcionários deverão passar periodicamente por treinamento, devendo a empresa manter os respectivos registros.

A todos os funcionários deve ser oferecido, gratuitamente, programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B e demais, estabelecidas no PCMSO.

A contratada deverá ter e manter Plano de Segurança e Medicina do Trabalho, PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e o PPCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional), bem como observar a todas as Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho – NR's, mantendo Engenheiro de Segurança ou Técnico de Segurança do Trabalho com a carga horária indicada, conforme dimensionado nas NR's conforme o número de funcionários.

OBS: Atendendo a legislação vigente, todos os ofícios aqui descritos podem ser desempenhados por homens ou mulheres. O gênero usado no texto é o mais comum nas funções, mas de forma alguma restringe quem irá desempenhá-lo.

3.1.3 Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual - EPI's

Os motoristas, os funcionários/ operador de máquina e serviços gerais, deverão se apresentar sempre uniformizados, sendo de responsabilidade do funcionário a higiene e conservação dos uniformes e devolução em caso de rescisão do contrato de trabalho.

Constituem uniformes/EPI's:

- Calça com faixa refletiva;
- Camiseta manga curta com faixa refletiva;
- Camiseta manga longa com faixa refletiva;
- Calçado de segurança.

Além dos listados acima, para o operador da escavadeira hidráulica e serviços gerais deverá também fazer parte dos uniformes/EPI's:

- Protetor auricular;
- Capacete de segurança.

A Contratada deverá fornecer ainda protetor solar para todos os trabalhadores. Deverá constar no uniforme dos funcionários o nome da empresa a que prestam serviço. Não será permitida a permanência, na frente de trabalho, de funcionários com uniformes rasgados ou sujos.

3.1.4 Equipamentos, Ferramentas e Materiais

A frota necessária para suprir os serviços de transbordo e transporte de resíduos domiciliares (RSU) até o aterro sanitário deverá ser:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

● **02 (dois) veículos automotores apropriados para transporte rodoviário de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), conforme dimensionamento de frota já realizado pela municipalidade para o referido projeto, equipados com caçamba basculante de no mínimo 55m³ (cinquenta e cinco metros cúbicos), confeccionada em aço de alta resistência e com acionamento pneumático hidráulico, instalado diretamente no chassi do caminhão, munidos de sistema de armazenamento de líquidos, em especial para o “chorume” e;**

● 01 (uma) escavadeira hidráulica para transbordo/carregamento dos resíduos para a caçamba, com concha com capacidade mínima para 1 (um) m³. Potência mínima de 110 (cento e dez) HP e, peso operacional mínimo de 16.500 (dezesesseis mil e quinhentos) Kg.

● Um veículo leve, “automóvel ou utilitário”, para apoio administrativo e operacional.

NOTA: Serão aceitos conjuntos de veículos automotores equipados com caixas basculantes tipo roll-on roll-off, desde que para cada veículo, o conjunto de caixas acopladas seja igual ou superior a 55m³ (cinquenta e cinco metros cúbicos).

Os veículos e equipamentos apresentados pela proponente para a realização dos serviços de transbordo e transporte deverão ser adequados para os serviços, compatíveis entre si e estarem disponíveis no dia previsto no contrato para início dos serviços, sendo que cada equipamento (2 veículos com caçamba, 1 escavadeira hidráulica e o veículo leve) deverão apresentar idade de até 10 (dez) anos, a partir da data de fabricação, em qualquer período do contrato, e apresentar condições técnicas próprias para efetuar o carregamento e transporte dos resíduos.

A comprovação da idade dos veículos deverá ser apresentada à municipalidade previamente à assinatura do contrato.

Todos os equipamentos e acessórios dos veículos devem funcionar perfeitamente, bem como o estado mecânico e de conservação da pintura devem estar em perfeitas condições, em qualquer momento do contrato.

Os veículos e equipamentos devem trazer, além das placas regulamentares, as indicações necessárias ao reconhecimento da proponente, e telefone para reclamação, com fonte em tamanho suficiente para a fácil identificação/leitura. Os veículos deverão sofrer revisões periódicas, que garantam a segurança dos operadores.

A proponente deverá dispor de qualquer equipamento necessário, para reposição num período máximo de 24 (vinte e quatro) horas para que não haja descontinuidade nem perda na qualidade dos serviços, em situação de quebra, falha, equipamento inadequado ou tecnicamente insuficiente ao serviço.

O Município poderá, a qualquer momento, exigir a troca de veículo ou equipamento que não seja adequado às exigências, sendo que o veículo de substituição deve atender a todos os critérios aqui mencionados.

A empresa deve ter apólice de Seguro com Responsabilidade Civil dos Veículos contra terceiros (apólice que protege o titular de todos os danos que forem causados a terceiros em caso de acidente), adotando, no mínimo, as seguintes coberturas: Danos Materiais R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); Danos Corporais R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); Danos Morais R\$ 100.000,00 (cem mil reais).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

Também deverá ter apólice de Seguro com Responsabilidade Civil da Operação, garantindo os danos causados pela operação de transbordo e transporte, excetuados aqueles que sejam causados pelos veículos, adotando no mínimo uma garantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), cobertura por danos morais no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), bem como a responsabilidade civil do empregador de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Este seguro deverá cobrir, além das garantias de morte e invalidez, também as despesas médicas e hospitalares dos funcionários que seja de responsabilidade da empresa.

3.1.5 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

A proponente deverá dispor, nesta cidade:

a) **escritório** para controle e planejamento das atividades e instalações para atendimento de seu pessoal operacional; d) **vestiário com chuveiros e sanitários**, armários e; e) **refeitório**, compatível com o número de funcionários, devendo satisfazer as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis ao caso.

Não será permitida a permanência de veículos na via pública quando fora de serviço ou no aguardo do início das atividades.

A proponente deverá dispor de local legalmente habilitado para lavagem e desinfecção dos contêineres (mensal) e dos caminhões (diária), em local próprio ou terceirizado.

A estrutura servirá de apoio a toda a contratação, à estrutura e pessoal das operações de transbordo e transporte de RSU.

3.1.6 Aferição e Pagamento

Os serviços relativos ao Transbordo e Transporte dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), domésticos e comerciais, aqui considerados somente os “rejeitos”, serão aferidos por peso e pagos por tonelada de RSU depositados em aterro sanitário, mediante apresentação mensal dos tíquetes ou comprovantes de pesagem emitidos para cada carga no momento da entrada na área de aterro sanitário, em balança específica do aterro e vistoriada pelo INMETRO.

Também deverão fazer comprovação de recolhimento de INSS, FGTS e demais contribuições previdenciárias a seus funcionários, inclusive seguros, que deverá ser entregue junto às medições de cada mês, à fiscalização do Município.

Também haverá pesagem na balança disponibilizada pelo Município de São Borja, já em atividade, conforme Contrato nº 098/2018, a fim de conferência e comparações, levando-se em conta, evidentemente, influências à pesagem (combustível, carga molhada pela chuva, etc..).

O pagamento será pela balança do aterro sanitário licenciado, sendo a balança do Município instrumento de conferência e fiscalização.

Na emissão dos comprovantes de pesagem deverá constar, entre outros dados solicitados pelo Município, a tara do veículo, peso bruto e, peso líquido, este considerado o peso em questão dos RSU (RSU e RSU Seletivos).

O pagamento será realizado após conferência dos tíquetes ou comprovantes de pesagem e comprovação de recolhimento de INSS, FGTS e demais contribuições previdenciárias aos funcionários da empresa contratada,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO
inclusive seguros, que deverão ser entregues mensalmente à fiscalização do Município.

4.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1.1. Registro da empresa licitante no conselho competente, bem como dos profissionais responsáveis técnicos pelo serviço a ser prestado.

4.1.2. Prova de Capacidade Técnica Operacional, através de atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstre(m) que a contratante possui experiência na execução dos serviços compatíveis em características, quantidades e prazos, compatíveis com o objeto lícitado.

I – Capacidade para transbordo, transporte e disposição final para RSU em aterro sanitário, em no mínimo 810 (oitocentos e dez) toneladas/mês.

4.1.3. Comprovar que o responsável técnico da empresa pertence a seu quadro de profissionais, através de um dos seguintes documentos:

I - Ficha de Registro de empregado, autenticada junto à SRT (Superintendência Regional do Trabalho) e Carteira de Trabalho;

II - Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sócio ou diretor;

III – Certidão de pessoa jurídica, expedido pelo CREA ou CAU, com a devida anotação do profissional.

4.1.4. Comprovação de Capacidade Técnica Profissional, através de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pelo conselho competente e acompanhado(s) da(s) CAT(s) (Certidão de Acervo Técnico) emitida(s) por conselho competente, que comprove(m) ter(em) o(s) Responsável(is) Técnico(s) executado serviços compatíveis em características, com o objeto desta contratação, que executou diretamente os serviços com as especificações citadas abaixo.

I - Capacidade para transbordo, transporte e disposição final para RSU em aterro sanitário, em no mínimo 810 (oitocentos e dez) toneladas/mês.

4.1.5. O atestado de visita técnica, emitido pelo órgão licitante ou declaração de renúncia de visita, emitido pela empresa licitante:

4.1.5.1. As empresas interessadas, por intermédio de seu representante, poderão realizar Visita Técnica, para verificar as condições das áreas relativas a cada item e demais informações pertinentes assim como todas as informações e as condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto lícitado.

4.1.5.2. A visita técnica, poderá realizar até o dia útil que antecede o certame, no horário compreendido entre às 7h30min e 12h, por representante da empresa, acompanhado de servidor indicado pelo órgão licitante.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

4.1.5.3. A visita técnica deverá ser agendada com no mínimo de 3 (três) dias úteis de antecedência, pelo fone 55 3431-4455 ou pelo e-mail: infraestrutura@saoborja.rs.gov.br.

4.1.5.4. As empresas optantes pela renúncia de visita deverão declarar formalmente, em formulário próprio (papel timbrado) declaração de opção de não realização da visita técnica, constando, ainda, expressamente, que renuncia a visita técnica e assume os riscos em formar sua proposta sem conhecer o local

onde será realizado o serviço, devendo ser assinada pelo seu representante da empresa.

4.1.5.4.1. A licitante não poderá alegar, a posteriori, desconhecimento de qualquer fato relativo as condições para realização dos serviços

5. FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES:

A fiscalização dos serviços caberá ao Município, que indicará o órgão fiscalizador e designará funcionário(s) para a fiscalização do(s) contrato(s).

A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação às quantidades e a qualidade dos serviços executados, uso de EPI's, manutenção dos veículos e equipamentos, manutenção das licenças ambientais, entre outros, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas às disposições a elas relativas.

A proponente deverá fornecer todos os dados relativos à execução dos serviços à fiscalização do município, sob pena de aplicação de multas.

Entre outras serão estabelecidas aos seguintes fatos geradores as penalidades abaixo:

5.1. Será aplicada a sanção de advertência na ocorrência das seguintes infrações:

- a) permitir que seus funcionários solicitem contribuições ou gratificações nos domicílios atendidos pelo serviço;
- b) Iniciar os serviços fora dos horários determinados no projeto básico;
- c) Terminar os serviços além dos horários determinados no projeto básico;

5.2. Em caso de reincidência das infrações descritas no item 5.1, será aplicada multa de 5 (cinco) URM por ocorrência, sem prejuízo da aplicação do disposto no item 5.8, caso verificada a reiteração de faltas que prejudique a execução regular do contrato.

5.3. Será aplicada multa diária de **100 (cem) URM**, limitada a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual, com aplicação no disposto no item 5.7, na ocorrência das seguintes infrações:

- a) Atrasar o início da prestação dos serviços, conforme data apazada na "Ordem de Serviços";
- b) Paralisar a prestação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- c) Não dispor de coletores, motoristas ou outros trabalhadores nas quantidades mínimas definidas no projeto básico;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

d) Não dispor do número mínimo de equipamentos e veículos definidos no projeto básico;

e) Executar o serviço com veículo em idade superior ao limite estabelecido no projeto básico;

f) Utilizar equipamentos e veículos de coleta em desacordo com o especificado no projeto básico;

5.4. A primeira reincidência de qualquer das infrações implicará na aplicação em dobro o valor da multa diária e a segunda, na rescisão do contrato e aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

5.5. Será aplicada multa de **10 (dez) URM**, por fato, na ocorrência das seguintes infrações:

a) Não executar corretamente o percurso de coleta estabelecido no projeto básico;

b) Transitar com os veículos coletores em velocidade incompatível com a boa execução dos serviços;

c) Deixar suja a via pública por derramamento de líquidos ou detritos dos resíduos coletados;

d) Não conceder intervalo para descanso e alimentação (intervalo intrajornada) a seus funcionários conforme estabelecido na CLT ou convenção coletiva;

e) Transitar com veículos coletores fora dos seus respectivos roteiros com coletores sendo transportados nos estribos dos equipamentos;

f) Permitir que seus funcionários trabalhem sem uniformes ou sem os equipamentos de proteção individual;

g) Permitir que seus funcionários promovam gritarias ou falem com respeito para com a população, durante a execução dos serviços;

h) Permitir que seus funcionários promovam, para comercialização ou quaisquer outros fins, a triagem dos resíduos coletados;

i) Não efetuar a limpeza dos locais de resíduos dispostos para a coleta que tenham ficado soltos nas vias públicas por ação de catadores ou animais;

j) Impedir, propositadamente, com os veículos coletores, o livre trânsito dos demais veículos;

5.6. Em caso de cometimento de mais de uma infração prevista nos itens 5.2 a 5.5 as multas serão somadas.

5.7. Em caso de inexecução contratual, será aplicada a multa **2.000 (duas mil) URM**, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos, além da rescisão do contrato.

5.8. Considera-se como inexecução contratual, sujeita as penalidades previstas no item 5.7, o cometimento das seguintes infrações:

a) Não entregar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) antes do início da prestação dos serviços;

b) Descarregar resíduos em qualquer local onde não for determinado pelo projeto básico;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

- c) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e / ou administração pública;
- d) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- e) Desatender às determinações da fiscalização;
- f) Cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais;
- g) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;
- h) Executar, durante os horários de coleta, com os equipamentos e/ou as equipes de pessoal, outros serviços que não sejam objeto do contrato pactuado;
- i) Coletar quaisquer outros tipos de resíduos que não sejam os definidos no projeto básico;
- j) Fraudar ou tentar fraudar a pesagem de resíduos;

OBS: URM – Unidade de Referência do Municipal, valor atual: R\$ 131,51 (cento e trinta e um reais e cinquenta e um centavos), em conformidade com o Decreto n. 18.310, de 06 de janeiro de 2020.

Demais exigências, penalidades e documentos relativos à habilitação constam no Edital de Licitação.

6. REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os preços cotados só poderão ser objeto de revisão caso ocorra alguma das hipóteses previstas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

O reajuste ocorrerá, anualmente, tendo como escopo manter o equilíbrio financeiro do contrato, fixando-se sua data base pela data de assinatura do contrato e, fixando-se como índice a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do período, independente de repactuação e/ou reequilíbrio econômico-financeiro.

Fica assegurado, ainda, repactuação e/ou reequilíbrio econômico-financeiro somente quando o reajuste anual do INPC não cobrir a adequação aos novos preços praticados no mercado, observando o interregno mínimo de 1 (um) ano, competindo a CONTRATADA comprovar a variação dos custos superiores ao INPC, apresentando memória de cálculo com planilha de custos para análise e aprovação por parte do MUNICÍPIO, desde que solicitado pela CONTRATADA antes do respectivo vencimento do contrato. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação e/ou reequilíbrio econômico-financeiro terá início a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta. Na proposta a empresa deverá indicar qual o sindicato representativo da categoria dos profissionais envolvidos nos serviços, assim como o mês do último acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho destas categorias.

7. DA GARANTIA

7.1. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I — Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO
de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II — Seguro-garantia;

III — fiança bancária.

7.2. A garantia será de 5% (cinco por cento), do valor global anual do contrato, deverá ser apresentada até 05 (cinco) dias úteis contados de sua assinatura, sob pena de rescisão unilateral do contrato combinado com aplicação da multa de 10% e demais penalidades previstas.

7.3. No caso de prorrogação, caso a garantia seja seguro-garantia ou fiança bancária, previamente, como condição para assinatura do Termo Aditivo, deverá ser comprovado a prorrogação da respectiva garantia.

8. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

8.1. Após publicação da homologação do certame, na imprensa oficial do município a empresa vencedora deverá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação, apresentar:

8.2. Cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento do veículo (CRLV), atualizado e do Certificado de propriedade do veículo a ser utilizado no serviço ou, no caso de veículo locado, contrato de locação registrado em cartório, juntamente com uma cópia do C.R.L.V. do veículo, em nome do locador.

8.3. Apólice de Seguro com Responsabilidade Civil dos Veículos contra terceiros (apólice que protege o titular de todos os danos que forem causados a terceiros em caso de acidente), adotando, no mínimo, as seguintes coberturas: Danos Materiais R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); Danos Corporais R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); Danos Morais R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

8.4. Apólice de Seguro com Responsabilidade Civil da Operação, garantindo os danos causados pela operação da coleta, transbordo e transporte, excetuados aqueles que sejam causados pelos veículos, adotando no mínimo uma garantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), cobertura por danos morais no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

8.5. Apólice de Seguro com Responsabilidade civil do empregador de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Este seguro deverá cobrir, além das garantias de morte e invalidez, também as despesas médicas e hospitalares dos funcionários que seja de responsabilidade da empresa.

8.6. Após a análise dos documentos solicitados acima, a empresa vencedora será convocada para assinatura do contrato, que deverá ocorrer, no endereço descrito no preâmbulo do edital, no máximo até o terceiro dia útil após a convocação feita pela Prefeitura Municipal de São Borja, conforme art. nº 64 da lei nº 8.666/93.

8.7. Após a assinatura do contrato a empresa contratada deverá apresentar a garantia através de uma das modalidades, descritas no item 7, até 05 (cinco) dias úteis contados de sua assinatura, sob pena de rescisão unilateral do contrato combinado com aplicação da multa de 10% e demais penalidades previstas.

9. FORO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS, SEGURANÇA E TRÂNSITO

Fica eleito o foro da comarca de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.

São Borja, 03 de junho de 2019.
Revisado em 30/06/2020

Mario Davila Porto
Secretário da SMIESUST
Decreto nº 18.429/20

Oscar Giovani Martins Rosa
Coordenador Dept. Svs Urbanos
Decreto nº 17.396/17

Técnico:

Fernando Brasil Aquino dos Santos
Engenheiro Civil - CREA/RS 5.182
Matricula nº1090